

## PREFIXOS RELACIONAIS R2 E R4 EM CONSTRUÇÕES GENITIVAS E ATRIBUTIVAS EM LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ

---

ANA GABRIELA GOMES AGUIAR\*

HELOISA MARIA MOREIRA LIMA-SALLES\*\*

---

### RESUMO

O estudo examina propriedades morfossintáticas dos prefixos ditos relacionais (R) em línguas Tupí-Guaraní (TG). Conforme consta na literatura tupinista, o morfema R codifica a relação entre o possuído e seu argumento interno, o possuidor, distinguindo: (i) o argumento interno realizado lexicalmente na estrutura do sintagma possessivo (R1); (ii) o argumento interno com realização nula e referência disjunta determinada (anaforicamente) (R2); (iii) o argumento interno com realização nula, correferencial com o sujeito da oração (R3); e (iv) o argumento interno com realização nula, com referência genérica e traço [+humano] (R4). Em nossa análise, propomos que, nas construções genitivas, o morfema relacional (R) é realizado no núcleo funcional D(eterminante) e codifica o traço formal de [pessoa], o qual se refere ao argumento possuidor. Argumenta-se também que, na presença de um antecedente [+genérico], a distribuição de R2 e R4 é determinada pelo traço [+/-animado].

PALAVRAS-CHAVE: Tupí-Guaraní, genitivo, definitude, animacidade.

---

### INTRODUÇÃO

O estudo examina a sintaxe dos prefixos relacionais (R) em línguas da família Tupí-Guaraní (TG). Conforme consta na literatura tupinista, notadamente a partir da contribuição de Rodrigues (1953), o morfema R codifica a relação entre um predicado e seu argumento interno, distinguindo: (i) o argumento realizado lexicalmente na estrutura do sintagma (R1); (ii) o argumento com realização nula e

---

\* Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.  
E-mail: anagabiaguiar@gmail.com

\*\* Doutora em Linguística e professora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.  
Email: heloisasalles@gmail.com

referência determinada (anaforicamente) (R2); (iii) o argumento com realização nula e correferencial com o sujeito da oração (R3); e (iv) o argumento com realização nula e referência genérica/arbitrária e traço [+animado] (R4). A esses casos, acrescenta-se aquele em que o R2 codifica uma relação atributiva, conforme observado em Rodrigues (2001), em que a retomada anafórica encontra um antecedente associado aos traços [-animado] e [+arbitrário]. Nesse sentido, pode-se afirmar que, se o antecedente tem referência arbitrária, a distribuição dos prefixos R2 e R4 é determinada pelo traço [+/-animado]. Conclui-se que a animacidade determina a distribuição dos chamados morfemas R2 e R4, encontrados na estrutura possessiva.

Na discussão, examinamos a manifestação de prefixos relacionais na configuração genitiva, em oposição aos contextos de relações atributivas. Adotando a perspectiva translinguística, propomos que a morfologia R codifica o traço [+Def], tendo em vista a distinção entre línguas do tipo *genitivo-determinante* e línguas do tipo *genitivo-adjetival*, conforme formulada em Lyons (1999), bem como estabelecemos o papel crucial do traço de animacidade para estabelecer a codificação da relação genitiva por meio do prefixo relacional nas línguas Tupí-Guaraní.

Tomando como referência o quadro teórico gerativista, na abordagem de Princípios e Parâmetros (cf. CHOMSKY 1995, e obras subsequentes), partimos da hipótese de que, na configuração genitiva, a estrutura argumental do nome possuído é licenciada pela operação AGREE, mediante a verificação do traço formal (não interpretável) de [pessoa], no núcleo funcional D, o qual é realizado pela morfologia-R, em relação aos traços formais interpretáveis do DP interpretado como possuidor – que pode ser ou lexicalmente expresso no especificador do DP, ou nulo, sendo, neste último caso, ou referencialmente retomado por um antecedente, ou ligado por um operador genérico. Nessa configuração, o sintagma genitivo tem interpretação definida, e o sintagma em que ocorre é marcado como [+Def]. Distingue-se, portanto, dos casos em que o nome é não possuível, não recebendo a morfologia R e sua referência é determinada por outras estratégias.

## 1 A MORFOLOGIA RELACIONAL (R) NAS LÍNGUAS TUPI-GUARANI

Conforme mencionado anteriormente, a morfologia R codifica a relação entre um predicado e o respectivo argumento (interno), tomado como modificador desse predicado e realizado, por hipótese, na posição de complemento. As propriedades da morfologia R, originalmente postuladas em Rodrigues (1953, 1996, 2001), e retomadas em estudos subsequentes (cf. CABRAL, 2001; SEKI, 2000, entre muitos outros), distinguem o argumento (interno), interpretado como “possuidor”, quanto ao seu estatuto como um *sintagma nominal pleno*, lexicalmente realizado, por um lado, ou como uma categoria *nula*, por outro, cuja referência ou é determinada anaforicamente, ou é interpretada como indefinida/genérica. Na abordagem de Rodrigues, esse contraste é estabelecido pela distinção entre o morfema R de contiguidade (CNT) e o morfema R de não contiguidade (NCNT), sendo a contiguidade entendida como estrutural.

Na presente análise, esse contraste é determinado pela ocorrência de um sintagma nominal com realização plena/aberta, em oposição a um sintagma pronominal nulo. No entanto, além da distinção entre a ocorrência lexical ou nula do sintagma genitivo, o sistema de prefixos manifesta ainda uma tipologia que distingue o caráter correferencial ou não do sintagma pronominal nulo com o sujeito da oração em que ocorre a construção genitiva, e a possibilidade de uma leitura genérica para o sintagma genitivo, perfazendo um total de quatro tipos de morfemas, cuja ocorrência nas línguas TG nem sempre é completa – o que neste trabalho não será objeto de discussão. Em particular, a tipologia compreende o prefixo associado à presença do constituinte lexicalmente realizado, que se opõe a três tipos de prefixos associados à ausência de um constituinte lexicalmente realizado, conforme ilustrado em (1), em oposição a (2), (3) e (4).<sup>1</sup>

*Prefixo R1:* o argumento interno está expresso lexicalmente, sendo (estruturalmente) adjacente ao núcleo.

- (1) *xahú*                      *r-awáj-*  
porcão                      R1-rabo-N  
'O rabo do porcão.'  
(MAGALHÃES, 2007, p. 27) - Guajá

*Prefixo R2:* o argumento interno não está lexicalmente realizado junto ao respectivo núcleo, sendo sua referência determinada anaforicamente com o antecedente “Zé Doca”.

- (2) *pé*      *Zé Doca*      *Ø-kytyrý.*      *a'é*      *i-kytyrý*  
 lá      Zé Doca      R1-na.direção      DEM      R2-na.direção  
 ‘Lá na direção de Zé Doca. Ela (a cidade) (fica) na direção dele (do povoado de Zé Doca).’  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 58) - Guajá

*Prefixo R3:* o argumento interno não está lexicalmente realizado, sendo correferente ao sujeito da oração em que se acha o sintagma nominal.

- (3) *w-a 'yr-a*      *nite i-jo-w*  
 3Refl-filho-N      com 3-ir-Circ  
 ‘Ele foi com o (próprio) filho dele.’  
 (SEKI, 2000, p. 56) - Kamaiurá

*Prefixo R4:* o argumento interno não está realizado, nem é anaforicamente ligado ao sintagma nominal na posição de sujeito da oração ou em uma posição marcada na estrutura informacional da sentença; é interpretado como humano e indeterminado/genérico.

- (4) *m-pý-a*  
 R4-pé-Arg  
 ‘pé (de gente)’  
 (CABRAL, 2001, p. 242) - Assurini do Tocantins

Assumimos com Cabral (2001, p. 243) que “os relacionais são mutuamente exclusivos, o que constitui uma das bases para a análise desses prefixos como membros de um mesmo paradigma flexional.”

Partindo de estudos prévios (SALLES e AGUIAR, 2010; AGUIAR e SALLES, 2012), a hipótese presentemente formulada é a de que, nas línguas da família Tupí-Guaraní, o uso do prefixo R nas construções genitivas, ao codificar a presença de um atributo para o nome interpretado como

possuído, pode ser uma categoria gramatical responsável pela marcação de definitude nessas línguas.

## 2 PROPRIEDADES SEMÂNTICAS DE ESTRUTURAS GENITIVAS

O sintagma nominal genitivo se correlaciona, por meio de algumas propriedades sintáticas e semânticas, com a identificação de determinados papéis temáticos (agente, tema, possuidor) e a possibilidade de expressá-los pelos pronomes possessivos (MULLER, 1997).

De acordo com Winston, Chaffin e Herrmann (1987), as relações semânticas denotadas em configurações genitivas dividem-se em dois tipos:

- a. relações meronímicas, que fazem a relação entre a parte e o todo, como em “o olho do gato” e “a pétala da rosa”;
- b. relações não meronímicas, que se subdividem em relações de *atribuição*, como em “queimaduras de carvão”, e de *posse*: “a bicicleta da Ana”; esta última definida por uma relação mais durável e estável entre os seres e objetos.

Nas línguas Tupí-Guaraní, essas diferenças semânticas são exploradas pelo tipo de nome que está sendo realizado (possuíveis vs. não possuíveis).

De acordo com os estudos tupinistas, a distinção entre nomes *possuíveis* e *não possuíveis* é crucialmente associada à presença da morfologia “relacional”. Em particular, nota-se que os nomes que denotam fenômenos da natureza e entidades com referência fixa ou cuja referência é determinada por critério de unicidade, familiaridade, ou por conhecimento do mundo, como “sol”, “estrela”, “lua”, “floresta/mato”, “rio”, “chuva” (LYONS, 1999) são considerados *não possuíveis*, ocorrendo, portanto, despojados da morfologia R, diferentemente dos demais, em que a morfologia R ocorre sistematicamente.

Os nomes não possuíveis, como *amýna* ‘chuva’, em (5), e os nomes possuíveis, com determinantes facultativos, como *kaká* ‘rede’, em (6), podem ocorrer como núcleo do sintagma nominal sem necessidade de modificadores.

- (5) *amýn-a ha=Ø-ma-ta'amuhũ*  
 chuva-N 1=R1-CAUS-molhado  
 'A chuva me molhou.'  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 204) - Guajá
- (6) *awá-wahý-ury-hú-a kaká ni=Ø-japó-kwá-j*  
 Guajá – mulher-novo –Ints –N rede NEG=R1-japó-kwá-j Guajá  
 'A mulher Guajá muito nova não saber fazer rede.'  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 157) - Guajá

Sendo assim, se realizados com nomes possuíveis que denotam relações do tipo “parte-todo”, os prefixos relacionais são obrigatórios, uma vez que o modificador é obrigatório. Se a relação de posse não é estável, ou é alienável, os nomes possuíveis são do tipo facultativo, e podem vir ou não marcados com o prefixo relacional. No caso de não estar presente o prefixo relacional e de não haver um determinante, o nome é interpretado como não referencial (ou genérico), como *kaká* ‘rede’, em (6).

Num tratamento semântico sobre os sintagmas nominais, Heim e Kratzer (1998) definem que categorias lexicais, tais como adjetivos (A), verbos (V) e substantivos (N), são predicados semanticamente, o que indica que os NPs pertencem ao tipo predicativo. Dessa forma, segundo as autoras, seria necessária uma operação semântica para se transformarem em argumentos. Esta operação poderia ser realizada por meio de determinantes morfológicos, como os artigos, ou por outras categorias formais, mesmo que não tenham correlato fonológico.

Em nossa análise, em línguas da família Tupí-Guaraní, a operação de determinação ocorre por meio dos prefixos relacionais, que estão presentes na estrutura do sintagma nominal, marcando as relações estabelecidas entre o núcleo regente e seu modificador/argumento possuidor. Nomes não marcados pela morfologia R (como os interpretados como não possuíveis) devem ser licenciados como argumentos a partir de operações sobre suas propriedades semânticas, baseadas em noções como “familiaridade”, “identificabilidade”, “unicidade”, pelo que são interpretados como definidos, ou como genéricos, independentemente da presença de um marcador formal.

### 3 ESTRUTURA SINTÁTICA DE CONSTRUÇÕES GENITIVAS E A CODIFICAÇÃO DA DEFINITUDE

Levando em consideração a evolução teórica sobre a projeção do sintagma nominal nas línguas e a hipótese baseada na presença da categoria D, podemos considerar a existência de três modelos: o primeiro em que teríamos apenas a categoria N e os determinantes seriam representados dentro da projeção desta categoria (JACKENDOFF, 1977). O segundo postula a existência de uma categoria funcional D, responsável por abrigar os determinantes, projetando o sintagma determinante (DP), que teria propriedades semelhantes às do sintagma CP, que projeta a estrutura da oração (conforme postulado na chamada Hipótese DP: SZABOLSKI, 1983, 1994; ABNEY, 1987; LONGOBARDI, 1994). Essa abordagem permite considerar que a categoria DP é universal, independente de como o núcleo D é realizado léxica e gramaticalmente, sendo associada ao estatuto argumental do sintagma nominal. Por fim, a terceira teoria determina a existência de línguas do tipo NP e línguas do tipo DP (CHIERCHIA, 2003; LYONS, 1999; BOŠKOVIĆ, 2008).

Mas o que a diferença teórica da estrutura do sintagma nominal tem a ver com a definitude? Segundo Lyons (1999), a definitude é uma categoria morfossintática, que gramaticaliza a categoria pragmática de identificabilidade. A gramaticalização da definitude implica a categoria D que, por si só, é o veículo sintático da definitude semântica, apresentada sintaticamente como traço [+Def]. Se considerarmos a hipótese de que as línguas Tupí-Guaraní possuem em sua estrutura a categoria D, embora não possuam artigos, será necessário identificar que elementos realizam a categoria D, e de que forma seriam responsáveis pela definitude em uma língua.

Dryer (2011) propõe cinco formas capazes de se estabelecer a definitude nas línguas: (1) palavra definida que se distingue do demonstrativo; (2) demonstrativos sendo utilizados como marcadores de definitude; (3) afixos definidos nos nomes; (4) línguas sem artigos definidos, mas com artigos indefinidos; e (5) línguas sem artigos definidos ou indefinidos. Essa classificação se aproxima da proposta de Lyons (1999), que estabelece a existência de línguas dos seguintes tipos:

Tipo I: não tem marcação de definitude;

Tipo II: definitude disponível apenas em sintagmas nominais pronominais;

Tipo III: definitude disponível em sintagmas nominais pronominais e plenos.

Dryer (2011), ao considerar as línguas com palavra definida que se distingue do demonstrativo, ressalta a importância de duas funções do artigo, que nem sempre são lembradas. Uma delas é a função anafórica, para se referir a algo mencionado no discurso anterior. A outra é a função não anafórica, para se referir a algo que não é mencionado no discurso anterior, mas cuja existência o falante assume como conhecida pelo ouvinte.

Segundo o autor, em algumas línguas, os morfemas que codificam a definitude estão restritos ao uso anafórico, em que as descrições permitem atribuir-lhes traduções com o uso de artigos definidos. Um exemplo é a língua Mangarrayi (língua isolada de um território do norte da Austrália), em que a palavra é formada pela adição de um prefixo especial (gi-), o que permite a leitura definida (cf. (7)).

- (7) *ja-gurw-n*                      *gi=nara*      *Ø-gigmuli*  
3sg.3sg-circle-pres    def-that      m.acc-boy  
'He goes around the boy.'

(MERLAN, 1982, p. 44, citado por DRYER, 2011) - Mangarrayi

Em algumas línguas, o elemento marcador de definitude é distinto das palavras demonstrativas, mas pode ser idêntico a um pronome de terceira pessoa. O exemplo (8) ilustra essa situação em Loniú (língua austronésia; Admiralty Islands, Papua-Nova Guiné), visto que podemos comparar o uso da terceira pessoa do singular como pronome em (8a) e como artigo definido em (8b), em que a palavra que marca a definitude é diferente do demonstrativo, que segue o substantivo.

- (8) a. *iy kiʔi la eləwən*                      b. *iy amat iy*  
3sg perf go far                                      the man this  
'He went far.'                                      'this man'

(HAMEL, 1994, p. 76-100, citado por DRYER, 2011) - Loniú



Em nossa análise, a morfologia R, nas línguas Tupí-Guaraní, é um marcador de definitude, por introduzir, na estrutura do sintagma nominal, a categoria de [pessoa] referente ao argumento possuidor, o qual, por hipótese, identifica o nome possuído. Nesse sentido, consideramos que não só o prefixo relacional R2, que é analisado muitas vezes, dentro da literatura tupinista, como marcador de 3ª pessoa, mas todos os prefixos R são marcadores de pessoa.<sup>2</sup>

O segundo tipo mostrado por Dryer (2011) envolve línguas em que uma das palavras demonstrativas é utilizada como um marcador de definitude. Em muitas línguas, é possível usar palavras demonstrativas anafóricas para remeter a algo mencionado no discurso anterior. No entanto, as línguas diferem consideravelmente na frequência com que demonstrativos são utilizados dessa forma. Em algumas línguas, em que o uso é relativamente incomum, os diferentes pronomes dos sintagmas nominais anafóricos, em geral, não ocorrem com um demonstrativo. Em outras línguas, em que o uso de demonstrativo é muito comum, a maioria dos sintagmas nominais anafóricos ocorre com essa categoria.

Seki (2000), ao apresentar os procedimentos para a realização da anáfora em Kamaiurá, relata que a forma dêitica *a'e*, marcada com o sufixo de caso, ocorre como pronome, na função sintática de sujeito da oração, de objeto do verbo e da posposição, como modificador na locução genitiva, como oblíquo, sendo ainda regularmente usada em construções em que vêm anaforicamente relacionadas a um nominal deslocado para a posição imediatamente antecedente na sentença.

Em (9), mostramos, com dados do Guajá, que demonstrativos podem ocorrer como pró-formas de 3ª pessoa, na função sintática de sujeito, diferenciando-se, sintaticamente, dos casos em que aparecem como modificadores do nome (10).

- (9) *a'é*      *Ø-weh~e*,      *ha=Ø-mymýr-a*  
 DEM      3-nascer      1=R1-filho- N  
 'Ele nasceu, o meu filho.'  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 65) - Guajá

- (10) *a'é*      *papé*      *Ø-japo-há-Ø*      *kú-a*  
 DEM      papel      R1-fazer-NZR N      aqui-N  
 'Este lápis (fazedor de papel) aqui.'  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 66) - Guajá

Enquanto em (9), a referência do pronome demonstrativo é recuperada na oração por uma construção de tópico à direita (catáfora), em (10), é retomada por um advérbio locativo também situado à direita.

Os demonstrativos de uso anafórico se diferenciam dos outros tipos de demonstrativos, em que não é possível o uso referencial, como é o caso do advérbio de modo *kĩ*, no Guajá. Nessa língua, esse advérbio só pode ser utilizado como núcleo do adjunto adverbial (cf. (11)) ou como núcleo do predicado em construção equativa, o que se confirma pela presença da marca de caso (cf. (12)).

- (11) *a-japó tá kĩ mehẽ*  
 1-fazer PROJ assim quando  
 ‘Vou fazer assim!’  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 71) - Guajá

- (12) *a'é kĩ-a*  
 DEM assim-N  
 ‘É assim.’  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 71) - Guajá

Em algumas línguas, em que o demonstrativo pode ser utilizado como um artigo definido, este ocorre em uma posição diferente no interior do sintagma nominal. Por exemplo, em Suaíli, o demonstrativo segue o substantivo quando utilizado demonstrativamente, mas precede o substantivo, quando utilizado como um artigo definido – é o que ocorre também nos dados em (8), da língua Loniú. A situação inversa se obtém em Ute (língua da família uto-asteca, Colorado; GIVÓN, 1980, p. 288-289), Shambala (Bantu; Tanzânia; BISHA, 1993, p. 28), e Pa'a (Chadic; Nigéria; SKINNER, 1979, p. 61-62). A diferença na posição dos demonstrativos também parece ocorrer nas línguas Tupí-Guaraní; no entanto, não é possível afirmar que a posição à esquerda do núcleo corresponda ao uso como artigo definido. Nos exemplos (9) e (12), acima, temos o uso do *a'é* na primeira posição, ocupando, por hipótese, o especificador do núcleo funcional associado à posição de sujeito, distinguindo-se de (10), em que *a'é* é modificador do nome, ocorrendo, por hipótese, no núcleo D.

O terceiro tipo apresentado por Dryer (2011) envolve línguas em que o marcador definido é um afixo no substantivo, podendo ainda ser um clítico, que aparece com o substantivo, ou um modificador pós-nominal, mais comumente na última palavra no sintagma nominal. Tais clíticos definidos não são tratados como afixos definidos, mas como palavras definidas. Nossa proposta é a de que, nas línguas Tupí-Guaraní, o uso do prefixo relacional como marcador de definitude permite a classificação dessas línguas no terceiro tipo da tipologia de Dryer (2011).

Há uma variedade de manifestações morfossintáticas de definitude que não envolvem marcadores canônicos de definitude, mas que estão relacionados à estrutura da língua. Seki (2000) observa que, em orações não verbais, a distinção entre caso “locativo”, “nuclear”, “não marcado” e “atributivo”, no Kamaiurá, representa uma distinção semântica em que seria possível ou não uma leitura definida do objeto designado pelo nominal sujeito, conforme apresentado no Quadro 1 e nos exemplos (13), (14) e (15).

QUADRO 1 - LOCALIZAÇÃO/EXISTÊNCIA NO KAMAIURÁ (SEKI, 2000, p.151)

Pred. Nom+ Loc	Pred. Nom. + Nuclear	Pred. Nom. + Atr.	Pred. Nom. + N. Marc.
Localização Existência	Identificação (a=b)	Pertença a uma classe (a C B)	Pertença a uma classe (a C B)
	Referente particular	Referente genérico	Referente genérico
	Permanentemente	Contingencialmente	Permanentemente

(13) *je=tuty-r-a*                      *morerekwar-a*

1sg=tio-N                              chefe-N

‘Meu tio é o chefe.’

(SEKI, 2000, p. 151) - Kamaiurá

(14) *je=tuty-r-a*                      *morerekwat-Ø*

1sg=tio-N                              chefe-NM

‘Meu tio é [um] chefe.’

(SEKI, 2000, p. 151) - Kamaiurá

(15) *je=tuty-r-a*                      *a-rak*                      *morerekwar-am*

1sg=tio-N                              AT                              chefe-Atr

‘Meu tio esteve como chefe.’

(SEKI, 2000, p. 151) - Kamaiurá

De acordo com Seki (2000, p. 150), “[n]a construção com predicado no caso ‘nuclear’, o referente do nome sujeito é identificado ao referente particular/definido do Nominal predicado (a = b). Predicados nominais nos casos ‘atributivo’ e ‘não marcado’ assinalam a pertença do referente do Nominal sujeito a uma classe, designada pelo nominal predicado.”

Então, por que não considerar o caso nuclear (N) como marcador de definitude na língua? Essa questão é discutida em Aguiar (2013), ao demonstrar que o morfema *-a* ocorre com categorias inerentemente definidas, que não requerem, portanto, marcação de definitude:

- a. O morfema *-a* pode ser realizado com pronomes demonstrativos, os quais se caracterizam por serem referenciantes.

(16) *amõ mehẽ Ø-pá tá kú-a*  
 outro quando 3-acabar PROJ aqui (sem movimento)-N  
 ‘Outro dia vai acabar (de construir) esse (telhado).’  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 69) - Guajá

- b. O morfema *-a* pode ser realizado junto a pronomes pessoais, categorias que já possuem natureza definida.

(17) *ie-e’y-m-a kwee ã-tym ’ãwãxi-Ø ka-pe*  
 1sg-NEG-N PASS.MED 1sg.I-plantar milho-N roça-LOC  
 ‘Não fui eu que plantei milho na roça.’  
 (PRAÇA, 2007, p. 42) - Tapirapé

- c. O morfema *-a* pode ser realizado junto com nomes próprios, categorias que já possuem natureza definida.

(18) *kãtowyg-a rãka a-mor xe=Ø-we mayg-a*  
 Kãtowyga-N PAS.REC 3.I-dar 1sg.II=R-POS remédio-N  
 ‘Foi Kãtowyga que me deu remédio.’  
 (PRAÇA, 2007, p. 42) - Tapirapé

Assim, vale questionar por que atribuir à categoria de caso Nuclear o papel de codificadora da definitude, se é possível demonstrar

que sua manifestação é obrigatória como categoria flexional do nome em posição argumental, independentemente de ser atribuída uma leitura definida ou não a esse nome, conforme ilustrado a seguir:

- (19) je=r –a’yr-a      w-ereko      ywyrapara-a  
 1s=Rel-filho-N    3-ter      arco-N  
 ‘Meu filho tem arco.’  
 (SEKI, 2000, p. 304) - Kamaiurá

Diferentemente, o prefixo relacional, ao introduzir o argumento possuidor, identifica a referência do nome possuído a que se liga, o que confirma seu papel de marcador de definitude. Na ausência da morfologia R, o nome ou é interpretado como uma classe, ou é identificado por um critério independente. Como demonstrado anteriormente, o uso de pronomes demonstrativos é uma forma alternativa de codificação da definitude na projeção do DP. Outras estratégias são baseadas em critérios como a familiaridade e a unicidade. Na presente análise, as estruturas genitivas das línguas Tupí-Guaraní, como observadas nos exemplos (1-4), e levando-se em consideração os argumentos apresentados acima, estão projetadas em um DP, em que o núcleo D é realizado pela morfologia R:

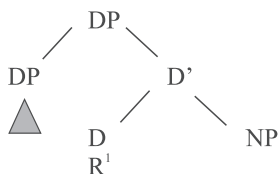
- (20)  $[_{DP} [_{DP} possuidor] [_D R [_{NP} N_{possuído} ]]] = DP$  genitivo [+definido]

Nessa configuração, o prefixo R é um marcador afixal de *definitude*, mediante a operação AGREE (CHOMSKY, 1995). Em particular, em línguas TG, o sintagma *possuidor* – lexical ou nulo – é licenciado no especificador de DP, sendo a operação AGREE determinada pela verificação do traço formal não interpretável de [pessoa] da morfologia R em D, pelo traço formal interpretável do DP que denota o *possuidor* (lexical ou nulo). Como categoria realizadora do núcleo D, o morfema R é um marcador afixal do traço nominal [+Def], em D, o que confere ao DP o caráter “definido”.

Seguindo a perspectiva de Lyons (1999), a interpretação “definida” do sintagma genitivo independe da interpretação do sintagma *possuidor*, que pode ser definido ou indefinido. Nesse sentido, a análise contempla a tipologia de morfemas R, que retomamos a seguir:

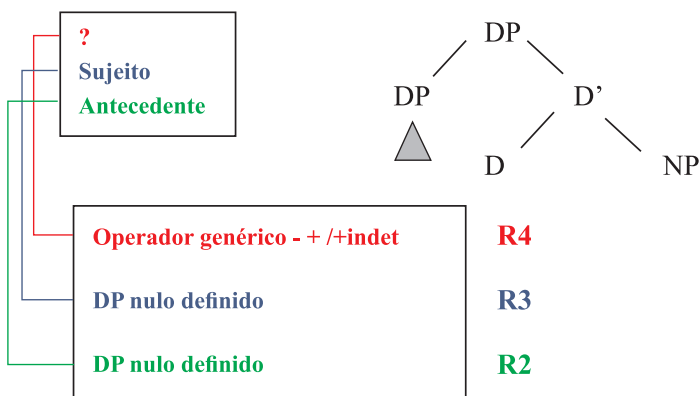
- a. O prefixo R1: marca a presença de um argumento interno à esquerda do núcleo, o que permite afirmar que o nome possuído na estrutura do DP é referencialmente específico. A representação estrutural pode ser assim descrita:

(21)



- b. Os prefixos R2 e R3: indicam que o argumento interno não é realizado lexicalmente na estrutura do DP; sendo assim, a referência do sintagma possuidor é determinada por processo anafórico;
- c. O prefixo R4: codifica a relação com um argumento nulo interpretado como genérico/indeterminado – marcado pelo traço [+humano]; opõe-se ao prefixo R2. Dessa forma, a representação da estrutura com os prefixos R2, R3 e R4 pode ser assim descrita:

(22)



A ideia de discutir a morfologia R, quanto à codificação das operações que determinam a referência do “nome”, é também desenvolvida em Carvalho (2007). Nesse estudo, o autor propõe que “um morfema relacional” (isto é, um membro do paradigma R) vai aparecer em uma construção sempre que uma interpretação referencial é atribuída ao argumento interno de um predicado (p. 433; tradução nossa). De fato, em diferentes línguas TG, na composição, a morfologia R não se manifesta. Vale destacar, porém, o caso do Guajá, em que o morfema R1 é identificado, mas tudo indica que está lexicalizado nessa posição, pois não existe a possibilidade de alternância com os demais tipos (R2, R3, R4).

- (23) wý r-atÿ-a  
terra R1-duro-N  
'cimento'  
(MAGALHÃES, 2007, p. 166) - Guajá

Cabe finalmente observar que tal situação distingue-se dos casos em que o sintagma genitivo é adjetival/modificador (GM), o qual, por hipótese, é adjungido no nível do NP (e não do DP). Conforme observado em Yeghiazaryan (2010), na análise de dados do armênio, “o sintagma nominal contendo o GM passa a denotar um subconjunto do conjunto expresso, sendo insensível a (in)definitude do mesmo” (p. 186).

### *3.1 Sintagma nominal, definitude e animacidade em línguas Tupi-Guaraní*

Resta discutir o papel da animacidade na distribuição dos morfemas R2 e R4, em articulação com a interpretação genérica do possuidor.<sup>3</sup> Em primeiro lugar, vale destacar que, nas línguas Tupi-Guaraní, o prefixo R4 ocorre apenas na codificação da relação genitiva, ou seja, como marcador do argumento do predicado que tem como núcleo um nome. Nessa configuração, o argumento possuidor é marcado pelo traço [+humano] (cf. (21)).

- (21) *i-pó-a*  
 R4-mão-N  
 ‘mão de gente’  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 131) - Guajá

Como podemos observar em (21), a relação de posse denota posse inalienável, o que indica a presença obrigatória de um possuidor para o nome. Com isso, o nome que ocorre como possuído pertence à classe dos nomes relacionais (mas é possível ocorrer também com nomes alienáveis).

Como observa Rodrigues (2001), os prefixos R2 e R4 podem ter sua distribuição determinada pelo traço [+/-humano]. O autor nota que, além do contexto em que o possuidor é nulo, porém recuperado anaforicamente, o prefixo R2 pode ocorrer em um contexto em que o possuidor é nulo, mas sua referência não é recuperada na estrutura textual, sendo, portanto, interpretado como genérico. Nesse caso, o morfema R2 corresponde a um argumento interpretado obrigatoriamente como [-humano], cuja relação com o nome possuído denota uma propriedade inerente de uma entidade (em geral associada a cores), conforme ilustrado em (22), com um dado extraído de Magalhães (2007):

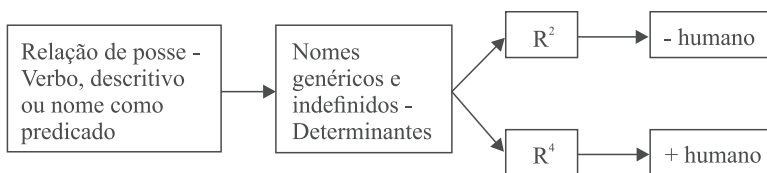
- (22) *h-awyhú*      *juhú*  
 R2-azul<sub>INTS</sub>      pouco  
 ‘azul claro’ (lit.: o pouco azul [de algo])  
 (MAGALHÃES, 2007, p. 202) - Guajá

Nesse sentido, na presença do traço [+animado], tem-se a configuração possessiva, e o possuidor é interpretado como 3ª pessoa indeterminado; na presença do traço [-animado], tem-se a configuração atributiva.

Dessa forma, podemos construir um esquema para a distribuição do R2 e do R4, como a seguir, em que ambos compartilham a característica de o termo dependente ser nulo com um antecedente interpretado como genérico:



FIGURA 1 - R2 E R4 NAS LÍNGUAS TUPI-GUARANI



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa hipótese vem corroborar a análise proposta originalmente em Rodrigues (1981), e retomada em vários autores (SEKI, 2000; CABRAL, 2001; MAGALHÃES, 2007; e referências citadas), em relação às propriedades dos prefixos relacionais, na medida em que confirma haver uma condição independente para sua manifestação, que permite identificá-los em um paradigma. Em particular, propusemos que, nas construções genitivas, o morfema relacional (R) é realizado no núcleo funcional D(eterminante) e codifica o traço formal de [pessoa], o qual se refere ao argumento possuidor. Observou-se também, de acordo com Rodrigues (2001), que se o antecedente possuidor tem referência arbitrária, a distribuição dos prefixos R2 e R4 é determinada pelo traço [+/-animado]. Concluiu-se que, nessa configuração, a morfologia R codifica o traço [+def] na estrutura do DP, o que torna sua distribuição um fenômeno da interface semântica e sintaxe.

## R2 AND R4 RELATIONAL PREFIXES IN GENITIVE AND ATTRIBUTIVE CONSTRUCTIONS IN TUPI GUARANI LANGUAGES

### ABSTRACT

The study examines the morphosyntactic properties of the so-called relational prefixes (R), in Tupi Guarani languages. According to the Tupinist literature, the R morphology encodes the following argumental properties: (i) the internal argument overtly realized within the genitive configuration (R1); (ii) the null internal argument, with anaphoric (disjoint) reference (R2); (iii) the null argument coreferential with the clausal subject (R3); (iv) the null internal argument with generic/ arbitrary interpretation and [+human] feature (R4). In our analysis, it is proposed that the R morpheme in (i)-(iv) encodes the [+definite] feature, which is associated with a formal feature [person]. It is also

argued that in the presence of a [+generic] antecedent, the distribution of R2 and R4 is determined by the feature [+/-animate].

KEY WORDS: Tupi Guarani, genitive, definiteness, animacy.

---

## PREFIJOS RELACIONALES R2 Y R4 EN CONSTRUCCIONES GENITIVAS Y ATRIBUTIVAS EN LENGUAS DE LA FAMILIA TUPI-GUARANI

### RESUMEN

El artículo investiga las propiedades morfosintácticas de los prefijos llamados ‘relacionales’ (R) en las construcciones genitivas, en lenguas de la familia Tupi-Guarani. En conformidad con la literatura tupinista, el morfema R codifica la relación entre el predicado y el argumento poseedor interno, oponiéndose: (i) el argumento poseedor realizado léxicamente en la estructura del ‘sintagma’ nominal (R1); (ii) el argumento poseedor de realización nula y referencia determinada (anaforicamente) (R2); (iii) el argumento poseedor de realización nula, correferencial con el sujeto de la oración (R3); (iv) el argumento de realización nula, con referencia genérica y rasgo [+humano] (R4). En el análisis, proponemos que, en construcciones genitivas, el morfema relacional (R) ocurre en el nudo funcional D(eterminante) y codifica el rasgo formal de [persona], relativo al argumento poseedor. Con el antecedente genérico, la distribución de R2 y R4 es determinada por el rasgo [+/-animado].

PALABRAS CLAVE: Tupi-Guarani, genitivo, definitude, animacidad.

---

### NOTAS

- 1 Os dados do presente estudo são extraídos primordialmente de Seki (2000) e Magalhães (2007). Apresentamos a seguir uma lista com as abreviaturas utilizadas, extraída das obras citadas: Caus – causativo; Circ – modo circunstancial; DEM – demonstrativo; Ints – intensificador; N – Caso Nuclear (também glosado como Arg (= caso do argumento)); NEG – negação; NM – caso não marcado; PROJ – Projetivo; Refl – reflexivo. As abreviaturas R1; R2; R3; e R4, que se referem aos tipos de morfologia relacional, são retomadas de Rodrigues (1953, 1996, 2001). No entanto, nem sempre a literatura a adota na glosa dos dados. Em Seki (2000), embora sejam descritos no item “Prefixos relacionais”, o prefixo R2, que codifica um possuidor (nulo) de 3ª pessoa distinta do sujeito, é glosado exclusivamente com a indicação da

pessoa do discurso: 3; e o prefixo R3, que codifica um possuidor de 3ª pessoa correferente com o sujeito da oração, é abreviado como 3Refl(=reflexivo).

- 2 A hipótese de tratar a morfologia R como codificadora da categoria [pessoa] é considerada inadequada por Cabral (2001), por deixar de captar a distribuição complementar entre os diferentes elementos do paradigma. Em nossa análise, todos os elementos do paradigma são codificadores da mesma categoria [pessoa], embora a manifestação de cada prefixo seja determinada por propriedades específicas, conforme explicitado anteriormente (cf. (1) a (4)).
- 3 Mesmo sabendo haver meios de demonstrar que os traços [+/-humano] e [+/-animado] podem ser associados a propriedades formais distintas nas línguas, recorreremos à expressão “animacidade” – e seus traços binários – para designar o contraste que se depreende dos dados em análise. Agradecemos a um parecerista anônimo por ressaltar a relevância dessa questão.

## REFERÊNCIAS

ABNEY, S. *The english noun phrase and its sentencial aspect*. PH.D (Dissertation) – MIT, Cambridge, 1987.

BESHA, R. M. *A classified vocabulary of the Shambala Language, with outline grammar*. Tokyo: Institute for the Study of Languages and Cultures of Asia and Africa, 1993.

AGUIAR, A. G. G. *Os prefixos relacionais no Guajá*. Projeto de curso, 2009. (Inédito).

AGUIAR, A. G. G.; SALLES, H. M. L. Marcação de definitude em sintagmas nominais de línguas da família Tupí-Guaraní. In: CORBARI, A. T. (Org.). Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 10, 2012, Cascavel, PR. *Anais...* Cascavel, [s.n.], 2012. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/10/artigos/AnaAmaliaSouza.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

AGUIAR, A. G. G. *Marcação de definitude em sintagmas nominais de línguas da família Tupí-Guaraní*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BOŠKOVIĆ, Ž. What will you have, DP or NP? *Proceedings of Nels* 37, 2008.

CABRAL, A. S. A. C. Flexão relacional na família Tupí-Guaraní. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística (Abralin)*, Fortaleza, v. 25, p. 233-262, 2001.

- CARVALHO, F. O. Relational morphemes, argument structure, and morphological explanation. In: CABRAL, A. S. C.; RODRIGUES, A. D. (Orgs.). *Línguas e culturas dos povos Tupi*. Campinas, SP: Curt Nimuendaju, 2007.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora Unicamp; Londrina, PR: EDUEL, 2003.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press, 1995.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology: syntax and morphology*. Oxford: Blackwell, 1989.
- DRYER, M. S. Definite articles. In: DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. (Eds.). *The world atlas of languages structures online*. Munich: Max Planck Digital Library, chapter 37, 2011. Disponível em: <http://wals.info/chapter/37>. Acesso em: 5 mar. 2013.
- FUKUI, N.; SPEARS, M. Specifiers and projections. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 8, p. 128-172, 1986.
- GIVÓN, T. The binding hierarchy and the typology of complements. *Studies in Language*, v. 3, n. 3, p. 333-377, 1980.
- GRANNIER, D. *Aspectos da morfossintaxe do Guarani Antigo*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002.
- GREEN, D. Diferenças entre termos numéricos em algumas línguas indígenas do Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Série Antropologia*, v. 13, n. 2, p. 179-207, 1997. Disponível em: <<http://www.sil.org/americas/brasil/SILbpub.html>>. Acesso em: 3 jan. 2013.
- HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in generative grammar*. Oxford: Blackwell, 1998.
- HORROCKS, G.; STAVROU, M. Bounding theory and greek syntax: evidence for wh-movement in NP. *Journal of Linguistics*, v. 23, p. 79-108, 1987.
- JACKENDOFF, R. *X-bar syntax*. Cambridge MA: MIT Press, 1977.
- LONGOBARDI, G. Reference and proper names: a theory of N-Movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n. 4, p. 609-665, 1994.
- LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: CUP, 1977.
- MAGALHÃES, M. M. S. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PRAÇA, W. N. *Morfossintaxe da língua Tapirapé*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MULLER, A. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, Campinas-SP, 1997.

RODRIGUES, A. D. Análise morfológica de um texto Tupi. *Logos*, v. 15, Curitiba, p. 56-77, 1952.

\_\_\_\_\_. Morfologia do verbo Tupi. *Letras*, v. 1, p. 121-152, 1953.

\_\_\_\_\_. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27 e 28, p. 33-53, 1984-1985.

\_\_\_\_\_. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. Argumento e predicado em Tupinambá. *Boletim da Abralín*, v.19, p. 57-66, 1996.

\_\_\_\_\_. Flexão relacional no tronco linguístico Macro-Jê. *Boletim da Abralín*, Fortaleza, v. 25, p. 219-231, 2001.

\_\_\_\_\_. Estrutura do Tupinambá. In: CABRAL, C. et al. (Orgs.). *Línguas e culturas Tupi II*. Brasília: LALI/UnB; Campinas, SP: Curt Nimuendajú, [1981] 2010.

SALLES, H. M. L. Grammatical encoding of anaphoric relations in Tupi Guarani languages. In: DEAL, A-R. *Proceedings of the 4th Conference on the Semantics of Underrepresented Languages of the Americas*. University of Massachusetts Occasional Papers/UMOP 35, 2007. p. 231-246.

SALLES, H. M. L.; AGUIAR, A. G. G. *Prefixos relacionais na codificação de referencialidade*. Trabalho apresentado no III Encontro Internacional de Línguas e Cultura Tupi, Departamento de Linguística, UnB, 2010.

SKINNER, B. F. *The shaping of a behaviorist*. New York: Alfred A. Knopf, 1979.

SZABOLSCI, A. The possessors that run away from home. *The Linguistic Review*, v.3, p. 98-102, 1983.

\_\_\_\_\_. Functional categories in the noun phrase. In: KENESEI, I. (Ed.). *Approaches to Hungarian 2*. Szeged: Jate Press, 1987. p. 167-190.

\_\_\_\_\_. The noun phrase. In: KIEFER, N. F.; KISS, K. (Eds.). *Syntax and semantics: the syntactic structure of Hungarian*. San Diego: Academic Press, 1994. v. 27. p. 179-274.

SEKY, L. *Gramática do Kamaiurá, língua Tupí-Guaraní do Alto Xingu*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

STOWELL, T. The role of the lexicon in syntax theory. In: STOWELL, T.; WEHRLI, E. (Eds.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1992. v. 26. p. 9-18.

YEGHIAZARYAN, L. *Caso, definitude e os sintagmas nominais no armênio*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WINSTON, M.; CHAFFIN, R.; HERRMANN, D. A taxonomy of cognitive relations. *Cognitive Sciences*, p. 417-444, 1987.

---

Recebido em 1º de julho de 2014

Aceito em 29 de setembro de 2014

---